

**Entre um passado de lutas e um presente de exclusão social,
as memórias de moradores da comunidade Nova Esperança.**

Francisco Canella¹

Resumos: Em princípios da década de 1990, movimentos organizados de sem-tetos promoveram uma série de ocupações em Florianópolis. Suas ações produziram forte impacto na política da cidade, bem como no seu cotidiano e nas representações acerca de Florianópolis. Tais ocupações evidenciavam a sua face excludente, contrapondo-se à imagem da cidade como paraíso turístico. A partir de entrevistas com moradores que participaram de uma dessas ocupações e de dados de natureza etnográfica, analisamos o modo como hoje acionam o passado vivenciado no processo de lutas. Em seus relatos orais, rememoram desde os momentos da ocupação, em que viviam sob barracos de lona, até o mutirão para a construção das casas. Essas histórias, reconstruídas como um tempo de dificuldades, mas também de vida comunitária e união, são confrontadas com um presente marcado pelo individualismo, pela violência e por uma série de atributos que reforçam uma auto-imagem negativa da localidade onde vivem e revelam o enfraquecimento dos laços sociais no plano local. Partindo do pressuposto de que a memória é atualizada em razão de questões presentes, procuramos relacionar as percepções de passado e presente dos moradores com as mudanças na condição social dos moradores e no lugar simbólico ocupado pela localidade na cidade.

Palavras-chave: memória; Florianópolis; sem-teto.

No final dos anos 1980 a pacata cidade de Florianópolis foi sacudida por uma série de movimentos que questionavam a ordem instituída e punham em cheque a imagem construída de Florianópolis por setores das elites locais. Ocupações de sem-tetos (ou invasões, como preferiam os políticos e a mídia local) ocorriam com frequência e denunciavam na cidade problemas típicos das metrópoles nacionais: desigualdade social, miséria, insuficiência de políticas sociais e de planejamento urbano. Mais do que isso, punham em risco o projeto de metropolização da cidade, que vinha acompanhado de um discurso cujo mote era a “vocaçãõ turística” da “ilha de Santa Catarina” – afinal, entre os setores interessados na metropolização de Florianópolis estavam o da construção civil e o do turismo. Não interessava a esse setor acontecimentos que veiculassem na mídia Florianópolis como lugar de problemas econômicos ou, pior, que a associassem à desordem política e ao caos urbano.

A partir do ano de 1990 acompanhei, na condição de pesquisador, uma das ocupações organizadas pelo movimento dos sem-teto, envolvendo-me diretamente em todo o processo,

¹ Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Mestre em Sociologia Política.

desde a organização até o mutirão para a construção das casas. Desse período até hoje manteve contato com os seus moradores, sendo que a relação foi novamente intensificada a partir de 1999, por conta de projetos de pesquisa e de extensão universitária que passei a desenvolver a partir da Universidade do Estado de Santa Catarina na localidade.

A organização dessas ocupações teve como ponto principal de referência o Centro de Apoio e Promoção ao Migrante (CAPROM). Formado a partir do apoio de religiosos e paroquianos do centro da cidade para dar apoio assistencial a atingidos pelas enchentes no Vale do Itajaí (e que haviam se deslocado para a capital), o CAPROM gradativamente politizou o seu discurso e radicalizou a sua ação em apoio dos moradores sem-teto na cidade. Assim, passou a ser organizar sucessivas ocupações na cidade, das quais essa que acompanhei obteve os melhores resultados. Mais do que isso, interessa compreender um pouco do processo para entender em que medida houve o sucesso.

A ocupação ocorreu em novembro de 1990, na Coloninha, bairro de classe média localizado na área continental de Florianópolis. Houve então uma reação extremada de muitos desses moradores de classe média, pelo medo da desvalorização de suas propriedades e receio de ter que conviver com uma vizinhança favelada. Além disso, outro fator contribuiu para que fosse desencadeado um processo de negociação marcado pela tensão, e pela constante ameaça de repressão policial para cumprir uma possível ação de despejo. A área ocupada estava destinada, nos projetos da prefeitura, para a construção de uma importante via de ligação entre bairros continentais, além de estar prevista também a construção de equipamentos coletivos (área de lazer) nas imediações da futura via.

A pressão, no entanto, converteu-se num fator que conferia visibilidade à ocupação, passando a dividir opiniões na cidade. A situação denunciava a existência de um Fundo Municipal de Integração Social que, devendo ser acionado para beneficiar a população pobre através da desapropriação de terrenos para a construção de moradias populares e/ou regularização fundiária, na verdade estava sendo subutilizado². Diferentes setores da sociedade florianopolitana formaram um forte grupo de apoio aos sem-tetos: políticos de diferentes partidos, professores e estudantes universitários, a Igreja Católica (que se pronunciou pública e oficialmente em apoio ao movimento), igrejas protestantes. A própria imprensa local dava a sua contribuição (mesmo que não oficialmente, mas através de equipes

² De 3500 famílias que buscavam regularizar a sua situação, até aquele momento apenas 158 tinham sido beneficiadas com desapropriação de terrenos (Canella, 1992: 116).

de reportagem que se faziam prontamente presentes quando de ameaças de despejo ou de violência policial), revelando uma simpatia por parte daqueles que atuavam na mídia da cidade.

Com isso, as negociações tiveram um encaminhamento favorável ao movimento, que conseguiram a cessão de terrenos da COHAB-SC (empresa de economia mista responsável pela construção de moradias populares no estado), em outra área da região continental da cidade (considerada pela maioria dos ocupantes como melhor localizada que a Colônia, por ser mais próxima ao centro da cidade). Delimitaram os lotes, a partir de um processo de discussão coletiva e democrática, e construíram as suas casas em regime de mutirão.

O processo como um todo foi considerado vitorioso. Isso, por uma série de motivos. Primeiro, porque consolidou uma série de importantes conquistas para um setor historicamente excluído das decisões da cidade. Segundo, porque garantiu condições dignas de habitação e, ao mesmo tempo, afrontou aqueles setores que não desejavam sua presença na cidade. Terceiro, porque a composição do grupo denunciava uma realidade que soava dissonante da imagem que tentavam veicular de Florianópolis. O grupo de sem-teto que formou essa localidade não era constituído apenas por migrantes vindos diretamente do campo, empurrados para a cidade por ilusões ou promessas de uma vida mais fácil. O problema da pobreza, exposta ao olhar de todos que chegavam a Florianópolis, não podia então ser atribuído apenas ao impacto de levadas de migrantes provenientes do interior do estado. Os que moravam em Florianópolis há longa data também não tinham mais o seu lugar, tornando-se excluídos do progresso da cidade. Assim, as conquistas da Nova Esperança representavam uma vitória na disputa em torno dos significados que se pretendiam estabelecer sobre a cidade. Deste modo, o movimento dos sem-teto contestava e redesenhava as fronteiras do político na cidade, no sentido do que David Slater (2000) reconhece como sendo uma das potencialidades dos movimentos sociais.

Chamava-me a atenção, na época em que realizava a pesquisa, a força que algumas idéias tinham na mobilização e na organização daquele coletivo, formado na sua grande maioria por pessoas sem vivências anteriores em espaços políticos. Tais ideias traduziam-se em palavras e expressões que eram empregadas constantemente pelas lideranças, pelos ocupantes em geral e por assessores, e que compunham o que designo como idioma de ação dos moradores.

Mereceu destaque na análise de minha dissertação o modo como representavam a noção de comunidade, que resumi da seguinte forma em um artigo recente:

- a comunidade implicava na existência de um conjunto articulado de pessoas, discutindo e trabalhando unidas na organização dos moradores;
- a união que caracteriza a comunidade deve obedecer a um critério de democracia interna;
- revelavam um conteúdo de forte oposição e de negação com o Estado, percebido como um antagonista externo, contra quem organizavam as lutas e a quem dirigiam suas reivindicações;
- a negação do Estado tinha como contrapartida a autonomia da comunidade, “que deveria criar formas autogestionárias de resolver os seus problemas para, deste modo, tornarem-se sujeitos efetivos do processo no qual estavam inseridos” (CANELLA, 2006: 8)

O papel do discurso religioso na conformação desse idioma de ação era evidente. Num culto ecumênico realizado logo após a ocupação, no próprio terreno ocupado, o padre que conduzia a celebração (e que era um importante incentivador do movimento) contrapôs à lei dos homens (que não reconhecia os seus direitos) à lei de Deus (que era justa e certa, e estava ao lado dos ocupantes) (FRANZONI, 1993: 80). Teresa Franzoni, em sua dissertação de mestrado, analisou esse processo sob a noção de ritual. Partindo das noções de Victor Turner, procurou demonstrar como, em acontecimentos desse tipo, as hierarquias eram invertidas. Assim, a ocupação deixava de ser percebida pelos ocupantes como desobediência à lei, sendo o sucesso da luta por eles encampada tomada como um “sinal de Deus” (IDEM: 81).

No entanto, a trajetória dos moradores, nos anos que se seguiram à ocupação e ao mutirão, é bastante reveladora quanto aos processos de segregação da cidade. No período em que acompanhei as lutas dos sem-teto, mereceu destaque nas análises o forte componente organizativo do coletivo e a força de uma sociabilidade marcada pela união, o que era afirmado na frequência com que recorriam à “idéia de comunidade”, a qual se constituía num importante elemento articulador do discurso das lideranças do movimento. Tal noção, entre os muitos e diferentes sentidos que abriga, expressava a um só tempo tanto a união coletiva existente como a união coletiva desejada. Ou seja, tal termo apontava para uma utopia de cidade baseada na união dos moradores, cuja continuidade traduzia-se, por exemplo, na recusa, nos anos imediatamente após a ocupação, em não organizar uma associação de moradores centralizada, nos moldes tradicionais, mas optar pelo funcionamento através de comissões por ruas da localidade.

Essa dinâmica de sociabilidades, marcada por um claro componente político e utópico, (traduzido na noção de comunidade), não é mais ali encontrada no momento em que retomo contato com os moradores, no final da década passada (anos 1990). Ao contrário, as sociabilidades estavam então marcadas pela desarticulação coletiva e pela privatização do

cotidiano. Não havia mais uma associação de moradores ativa e representativa dos moradores. Não se percebia qualquer contrapartida associativa (mesmo que não política) ou espaços locais que articulassem os moradores em alguma forma de vivência coletiva, predominando o encerramento dos moradores em suas vidas privadas. Havia uma situação de fragmentação na convivência dos moradores, com uma associação (ou o que sobrara dela) reproduzindo relações de tipo clientelista com políticos e com o poder público (inclusive se transformando em espaço para promoção de políticos que visavam se candidatarem em eleições). Algo bastante distante daquele ideal comunitário sonhado uma década antes.

Nos relatos dos moradores e moradoras passou a se fazer cada vez mais presente as referências ao medo, à violência e à criminalidade. Ao contrário do período da ocupação, que é recuperado em suas memórias como um passado mítico, essas referências têm reforçado uma auto-imagem negativa da comunidade. Mais recentemente, constata-se, de modo cada vez mais visível, a deterioração das casas. O processo de luta coletiva garantiu habitação digna - a ponto de, em seus depoimentos, orgulharem-se de não carregarem o estigma de *favelados* - mas não mudou o nível de renda, não mudou o grau de escolaridade e continuaram os antigos sem-teto a viver numa cidade cujo crescimento não evitou exclusões. Aliás, o aumento da atividade turística, ao contrário do que foi preconizado pelos defensores do projeto de metropolização da cidade, não se traduziu na melhoria das condições de vida da população empobrecida. No caso da localidade aqui analisada, a população convive com elevados índices de desemprego, informalidade e empregos temporários.

A cidade mudou muito nas duas últimas décadas. Cresceu de 290 mil (1990) para 400 mil habitantes em 2008. De cidade tida como provinciana, converteu-se em importante pólo turístico, capital que passou a ser incluída na rota turística de celebridades internacionais. Outros movimentos sociais passaram a agitar a cena política da cidade, como o dos estudantes (secundaristas e universitários) lutando pelo passe-livre no transporte coletivo da capital. Movimentos como os protagonizados pelos sem-teto saíram de cena, o que tem importantes conseqüências para o caso aqui analisado. Se, como movimento, em razão das potencialidades emancipatórias que lhes eram atribuídas, ocupavam um importante lugar simbólico na cidade, as conquistas, depois de findo o movimento, perderam seu significado quando suas condições de vida os reduziram ao lugar simbólico destinado aos pobres e às áreas periféricas degradadas da cidade.

No entanto, esse passado marcado por lutas e por organização coletiva permanece nas falas de muitos moradores. Chama bastante atenção dos não moradores da localidade que passam a interagir com seus moradores as constantes referências ao tempo da ocupação. Seja em reuniões de pesquisa ou em conversas informais, todos destacam o quanto há um passado sendo constantemente sendo acionado em contraposição a um presente depositário de todas as mazelas e problemas. Ouvir formulações do tipo “nós éramos felizes e não sabíamos”, ou “naquela época era difícil, mas era bom”, “era melhor que hoje porque éramos unidos”, tem sido bastante comum nas conversas cotidianas, ou nos relatos dos ex-ocupantes para aquele que chega de fora e quer saber sobre a Nova Esperança.

Também no emprego daquelas palavras e expressões que compunham o idioma de ação dos sem-teto o passado parece ali se atualizar - notadamente na referência à *comunidade* como categoria de auto-identificação. Eles são a *comunidade Nova Esperança* – assim consta no nome oficial da associação de moradores. A forma mais comum de mencionar a localidade é “*aqui na comunidade*”. O uso presente do termo comunidade por seus moradores relaciona-se com a sua própria história como comunidade, estando ligado ao passado militante, às lutas políticas que fizeram surgir a Nova Esperança. Uma memória coletiva os une, e se expressa presentemente no uso do termo comunidade. Por um lado, os moradores conheceram-se durante o processo de organização da ocupação, convivendo desde o início com palavras como “comunidade”, “comunitário”, largamente empregados pelos assessores do CAPROM e por técnicos da prefeitura durante o processo de negociação. Acostumaram-se desde cedo ao termo comunidade, incorporando-o ao seu vocabulário cotidiano. Mas por outro lado, mais do que um mero hábito, o fato de ter-se convertido em uma categoria nativa revela também a memória que construiu a Nova Esperança³. Quando retomamos o contato com os moradores, em torno de uma década após as ocupações, nas conversas que tínhamos com eles havia sempre a referência à história da comunidade e, mesmo na discussão dos problemas atuais da Nova esperança, o surgimento da comunidade, da ocupação até a construção das casas sob regime de mutirão, é sempre muito lembrado⁴. O período em que viveram embaixo de lonas

³ Márcia Leite (1999) em seu estudo sobre o Grajaú observa o quanto os bairros são construções sociais, remetendo à memória (ou os quadros sociais da memória, segundo Halbwachs) tais construções. A autora percebe como “o passado era contado a partir de alguns traços considerados expressivos na vida atual do bairro, numa reconstrução que valorizava elementos e personagens que representavam ou que poderiam estabelecer uma relação com o presente”(p.135-6) Seguindo essa linha de raciocínio, procuro no uso do termo *comunidade* encontrar essas reconstruções em seu diálogo com o tempo presente.

⁴ “Após a ocupação de uma área pública destinada à construção de uma via de acesso à ilha (projeto que até hoje não foi concluído), durante uma madrugada de chuva intensa, tiveram de permanecer em torno de um ano

constitui-se numa espécie de passado mítico para aqueles que o vivenciaram, em contraposição a um presente marcado pela falta de união e pelo interesse individual.

“A comunidade hoje está péssima. No começo nós éramos muito unidos, agora não vê mais reunião, não vê mais festa nenhuma, eu acho que a comunidade é cada um pra si mesmo. Era tão bom antes, porque tinha festa, a gente participava de encontro, a gente ia passear, agora oh”. (Dolzan, 2000, p.44)

Sempre recordavam com saudade a época da ocupação. Havia um entendimento consolidado entre eles de que aquela época, embora de grandes dificuldades (sempre muito ressaltadas nos depoimentos), era melhor do que a atual. Os vizinhos “se ajudavam”, “havia união”, enquanto “hoje é cada um por si”.

Disso, podem ser extraídas duas reflexões. A primeira é de que havia (e há) uma memória sendo atualizada em razão de questões presentes⁵. Um passado de lutas e de união contraposto a um presente marcado pelo individualismo, pela desunião e pela falta de solidariedade revelava o desejo de superação de uma situação presente. Ao mesmo tempo, revela um sentimento de impotência para mudar: as críticas tinham sempre um tom de autocrítica, pois é a comunidade como um todo, incluindo o próprio autor da fala. Não se percebia, naquelas conversas, a referência a um outro ator, culpado pela situação. Culpavam a situação de violência, a droga. Mas este é um “outro generalizado”, não é particularizado numa pessoa ou num conjunto específico de atores. Aqueles que atuam no tráfico, os jovens da Nova Esperança, “filhos da comunidade”, são vítimas, não atores. Assim, não há um outro a ser responsabilizado. O “outro” é o tempo que se vive, a nova realidade de violência e criminalidade. Que nega a *comunidade unida*, que deixa *comunidade péssima*. A noção de comunidade, no modo como tem sido empregada, remete a uma memória coletiva. Logo, a memória recompõe uma imagem do passado a partir do desejo presente de superação da falta de união coletiva.e do individualismo reinantes.

acampados em barracas de lona, com crianças e sob forte vigilância policial, além de ter que conviver com as hostilidades dos vizinhos de classe média. Depois de um período de intensas negociações conseguiram a remoção para uma outra área na mesma parte continental de Florianópolis. Ali, em regime de mutirão, construíram suas casas em lotes considerados amplos para os padrões de moradia populares. Foram ao total 50 casas, sendo que uma ficou reservada para ser uma sede comunitária. O projeto foi realizado e acompanhado na sua execução por professores e estagiários da Universidade Federal de Santa Catarina. Em outras palavras, foi considerado exemplo de um movimento vitorioso. E isso - muito ressaltado pelas lideranças na época - em razão da força comunitária”. (Canella, 2006: 9)

⁵ Ver Márcia Leite, citando Ortiz: “os relatos de vida estão sempre contaminados pelas vivências posteriores ao fato relatado e vêm carregados de um significado, de uma avaliação que se faz tendo como centro o momento da rememoração” (Ortiz, in Leite, 1999: 136).

A segunda reflexão é que a noção de comunidade, em razão do contexto de sua elaboração (como categoria nativa), tem um sentido que pode ser relacionado à noção de *communitas*, de Victor Turner. Nos relatos dos moradores sobre a ocupação encontramos aqueles elementos que Turner identifica nos fenômenos liminares: “a mistura de submissão e santidade, de homogeneidade e camaradagem” (1974: 118). Era um tempo de sacrifício, mas que conduziria à passagem para uma vida melhor. As dificuldades eram superadas pela união comum dos moradores. Havia sofrimento e recusa do prazer, mas existia um objetivo comum em torno do qual todos se uniam.

Procuram prolongar essa vivência: recusam-se a formar uma associação de moradores nos moldes tradicionais, com chapas concorrendo à presidência da associação e hierarquias internas. Ao contrário, tentam se organizar em comissões por ruas e por temas (saúde, lazer, habitação), do mesmo modo como procediam durante o acampamento e os mutirões para construção das casas.

Com isso pretendo ressaltar a importância da situação de liminaridade, em oposição à estrutura. Essa ocupação teve a peculiaridade de ter tido como base não os moradores de rua ou migrantes recém-chegados a Florianópolis, mas moradores da cidade que não tinham mais condições de pagar aluguel, que se encontravam ameaçados de despejo. Esses moradores então passaram repentinamente à condição de não-moradores, durante um ano⁶.

Dessa condição provém a força deste momento nas lembranças. Mas há uma reafirmação da ordem. A *communitas* é passageira, enquanto a estrutura é permanente. No caso, a reafirmação da ordem significou para camadas populares a redução do cotidiano às dimensões não-políticas, à privatização das relações; significou também a não continuidade de um movimento de negação da estrutura, o qual se dava tanto nas novas relações de sociabilidade (marcadas pela união e solidariedade), como na ação política (mantendo-se permanentemente mobilizados).

É nesse sentido que se torna possível compreender como a referência ao passado “*lá na Coloninha*”, ou “*quando estávamos morando embaixo de lonas*”, vai assumindo os contornos de um passado mitificado. Os procedimentos narrativos que operam em seus relatos são altamente seletivos. Existem os portadores mais autorizados da memória da comunidade. Ao mesmo tempo, os elementos conflitivos desse passado são eliminados em suas narrativas. Duas situações decorrentes da pesquisa são ilustrativas disso.

⁶É uma condição de não-lugar, tal como Agier analisa a situação de refugiados.

Ao procurar uma senhora que teve uma participação bastante dinâmica na história da comunidade, a fim de que ela me concedesse uma entrevista sobre a ocupação na Coloninha, ela me disse que era o seu marido quem sabia responder sobre isso. "Ele tava lá, eu não... eu recém tinha ganhado meu filho". De fato, no dia da ocupação, e nos primeiros tempos "sob a lona", ela não estava lá. No entanto, ao procurar seu marido, ele disse que achava melhor falar com sua esposa, pois é ela que "sabia" sobre a ocupação. O seja a ocupação, por ser um importante acontecimento público, da história de comum de todos, deveria ser relatado não por ele, que nunca teve participação pública destacada na comunidade (embora tenha presenciado a ocupação), mas por sua mulher (que não teve participação na ocupação, mas que se constituiu como pessoa com atuação pública na comunidade).

O segundo exemplo refere-se à eliminação dos elementos conflitivos. Somente após muitos relatos é que fui ouvir referência a acontecimentos que contradiziam práticas de solidariedade. Um desses acontecimentos foi a tentativa de alguns ocupantes fazerem com que parentes seus entrassem nas casas feitas por mutirão, "roubando", desse modo, a casa daqueles que haviam participado da ocupação desde seus primórdios. Tais fatos são esquecidos de seus relatos que tanto idealizam o passado difícil vivido embaixo das lonas da ocupação.

Uma possível explicação para uma memória que idealiza e mitifica o passado não é tarefa simples. Tratando-se de uma pesquisa em andamento, muitas pistas devem ser ainda exploradas. No entanto, é possível arriscar dizer que as dificuldades cotidianas por eles enfrentadas numa cidade que exclui e segrega suas áreas periféricas, faz com que o retorno do passado constitua-se como uma captura - no sentido afirmado por Beatriz Sarlo (2007: 10) - de um presente marcado pelas poucas perspectivas de futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANELLA, Francisco. **A UFECO e o Movimento dos Sem-Teto: práticas instituintes nos espaços políticos da cidade.** Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 1992.

DOLZAN, Janiane Cinara **Caminhos/Imaginário/Conquistas.** O Movimento Sem Teto e a Comunidade Nova Esperança. Florianópolis, Trabalho de Conclusão do Curso de História, FAED/ Universidade do Estado de Santa Catarina, 2000.

FRANZONI, Tereza. **As "perigosas" relações entre movimento popular/comunitário e administração pública municipal na Ilha de Santa Catarina.** Dissertação de Mestrado em

Antropologia Social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 1993.

LEITE, Márcia Pereira. “Grajaú, memória e história: fronteiras fluidas e passagens”, **Cadernos MetrÓpole**, Desigualdade e governança, no 5, 1999.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo, Companhia das Letras; Belo Horizonte, UFMG, 2007.

SLATER, David. Repensando a espacialidade dos movimentos sociais. In: Alvarez, Sonia F, Dagnino, Evelina e Escobar, Arturo. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**: novas leituras. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2000.

TURNER, Victor. **O Processo Ritual**: estrutura e anti-estrutura. Petrópolis – RJ, Vozes, 1974.